



Câmara Municipal de Niterói
GABINETE DO VEREADOR DANIEL MARQUES FREDERICO

Projeto de Lei Nº 00085/2015

Proíbe a lavagem de calçadas com água tratada ou potável, fornecida pela Concessionária Águas de Niterói que abastece o município de Niterói e dá outras providências

Art. 1º Fica proibida a lavagem de calçadas com água tratada ou potável fornecida por meio da rede da Concessionária Águas de Niterói que abastece o Município de Niterói.

§ 1º A limpeza deverá ser feita por varrição, aspiração e outros recursos que prescindam de lavagem, exceto quando esta for realizada com água de reuso, de poço ou de aproveitamento de água de chuva, desde que comprovada a origem da água utilizada.

§ 2º Os casos extraordinários para não aplicabilidade da proibição prevista nesta lei serão regulamentados pelo Poder Executivo.

Art. 2º O descumprimento do disposto na presente lei sujeitará o infrator às penalidades abaixo, na seguinte ordem:

I - advertência por escrito;

II - em caso de reincidência, multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e em valor dobrado e sucessivo no caso de nova infração.

§ 1º A multa de que trata o inciso II deste artigo será atualizada anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulada no exercício anterior, sendo que, no caso de extinção deste índice, será aplicado outro que venha a substituí-lo.

§ 2º A fiscalização e autuação das referidas infrações, caberá a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SMARHS bem como a cobrança e a destinação dos recursos oriundos das multas, serão destinados ao Fundo Municipal de Conservação Ambiental.

§ 3º O munícipe poderá recorrer da aplicação de penalidade através de exposição de motivos ao órgão competente em que justifique a necessidade de realizar a lavagem da calçada ou outro pavimento externo de acesso público, seguindo o procedimento previsto na Lei 2.602/08, Código Municipal Ambiental.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário



Câmara Municipal de Niterói

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei nasce da concepção geral de saneamento ambiental, principalmente pela grande crise hídrica que assola o Brasil de forma mais severa nas regiões sudeste e nordeste, buscando enviesar as mitigações da mesma através de ações locais.

Saneamento é o conjunto de medidas que visa preservar ou modificar as condições do meio ambiente com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde, melhorar a qualidade de vida da população e à produtividade do indivíduo e facilitar a atividade econômica. No Brasil, o saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição e definido pela Lei nº. 11.445/2007 como o conjunto dos serviços, infraestrutura e Instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana, manejos de resíduos sólidos e de águas pluviais.

O renomado Instituto Trata Brasil realizou estudo sobre a perda de água no país. Importante citar o entendimento do predito Instituto: As perdas sempre foram um dos pontos frágeis dos sistemas de saneamento e das empresas que operam esses serviços, independentemente de serem públicas ou privadas. Os dados de perdas no país mostram a fragilidade da gestão de grande parte do setor, ao mesmo tempo em que traz desafios às três esferas governamentais.”

A concessionária Águas de Niterói vem realizando esforços para diminuir os desperdícios no município, o Poder Executivo realiza diversas diligências para fiscalizar as condutas lesivas sobre a pauta ambiental, a própria Câmara já aprovou leis importantes sobre a temática do uso racional da água como por exemplo a Lei 2856/2011 que instituiu mecanismos de estímulo à instalação de sistema de coleta e reutilização de águas servidas em edificações públicas e privadas.

Chega agora o momento oportuno de termos a população também engajada na temática do uso racional da água. A Responsabilidade é de todos.

Considerando: O artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, que dispõe “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”;

Considerando o art. 23 da Constituição da República Federativa do Brasil que, instituiu a competência comum entre os entes federativos para a tutela ambiental, bem como o art. 30 e seus incisos que instituíram a competência legislativa municipal sobre o interesse local e a competência supletiva;

Considerando: a competência do Vereador no exercício de sua Vereança apresentar proposições, conforme o disposto no art. 96, III, c/c 118 do Regimento Interno;

Considerando: a plena efetividade do Código Municipal Ambiental, Lei nº 2602, de 14 de outubro de 2008;

Considerando: o quadro atual de fiscais concursados da Secretaria de Meio Recursos Hídricos e Sustentabilidade – SMARHS

Considerando a crise hídrica que o país vive, e sua maior incidência na região sudeste do país;

Considerando os princípios estruturantes do direito ambiental, especificamente o princípio da precaução ambiental e atuação preventiva;

28 de Abril de 2015